

Sua sessão expira em: 26 Minutos 58 Segundos

Página Inicial	Ações de 1º Grau	Ações do 2º Grau	Intimações	Audiências	Sessões 2º Grau	Buscas para Peticionar	Estatísticas	Outros	Sair do Sistema
----------------	------------------	------------------	------------	------------	-----------------	------------------------	--------------	--------	-----------------

## DADOS DO PROCESSO



**Sucesso:**

- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:18139358 - 19 de Dezembro de 2019 às 17:34:22

Processo nº 0033899-81.2018.818.0001 ( 355 dias em tramitação )

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
<b>Juiz:</b>	J.E. Cível Teresina Zona Sudeste - Bairro Recanto das Palmeiras - Anexo 1 CEUT(Teresina)	<b>Juiz:</b> JORGE DA COSTA VELOSO	
<b>Assunto:</b>	DIREITO DO CONSUMIDOR		
<b>Complementares:</b>			
<b>Classe:</b>	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
<b>Segredo de Justiça</b>	NAO		
<b>Fase Processual:</b>	CONHECIMENTO		
<b>Situação:</b>		<b>Objeto</b>	<b>OBJETO NÃO CADASTRADO</b>
<b>Valor da Causa:</b>	R\$ 0,00	<b>Data de Distribuição</b>	29 de Dezembro de 2018 às 14:27:05
<b>Cartório Extrajudicial:</b>		<b>Último Evento</b>	Juntada de Petição de Recurso Inominado
<b>Petições P/ Analisar:</b>	1 juntada(s)	<b>Prazos Para certificar em Vara</b>	0 Intimações 0 cumprimentos do cartório
	INEXISTENTE		

### Destacar movimentações realizadas por:

<input type="checkbox"/> Magistrados	<input type="checkbox"/> Secretaria	<input type="checkbox"/> Advogados	<input type="checkbox"/> Ministério Público	<input type="checkbox"/> Cartórios Extrajudiciais	<input type="checkbox"/> Turma Recursal	<input type="checkbox"/> Outros
--------------------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	---	---	---	---------------------------------

### Navegar pelo Processo

<input type="checkbox"/> Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
<input type="checkbox"/> 19	Juntada de Petição de Recurso Inominado	19/12/2019 17:34	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<b>Arquivos:</b>	RECURSO INOMINADO RECURSO INOMINADO	<b>Ass.:</b> HERISON HELDER PORTELA PINTO <b>Ass.:</b> HERISON HELDER PORTELA PINTO	<b>Data inclusão:</b> 19/12/2019 17:34 <b>Data inclusão:</b> 19/12/2019 17:34	2563675_RECURSO_INOMINADO_01.pdf Anexo_01.pdf	
<input type="checkbox"/> 18	Intimação lido(a) (Por EDSON FILINTO DE SOUSA teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 16/12/19 *Referente ao evento Julgada procedente a ação(06/12/19)	17/12/2019 00:17	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/> 17	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 11/12/19 *Referente ao evento Julgada procedente a ação(06/12/19)	11/12/2019 08:29	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 16	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	06/12/2019 11:26	Juiz de Direito	JORGE DA COSTA VELOSO	
<input type="checkbox"/> 15	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de EDSON FILINTO DE SOUSA)	06/12/2019 11:26	Juiz de Direito	JORGE DA COSTA VELOSO	
<input type="checkbox"/> 14	Julgada procedente a ação	06/12/2019 11:26	Juiz de Direito	JORGE DA COSTA VELOSO	
<input type="checkbox"/> 13	Conclusos para Sentença	11/09/2019 11:43	Conciliador	JOANA BARRETO MARTINS	
<input type="checkbox"/> 12	Audiência Una Realizada Sem conciliação	11/09/2019 11:43	Conciliador	JOANA BARRETO MARTINS	
<input type="checkbox"/> 11	Juntada de Termo de Audiência	11/09/2019 11:43	Conciliador	JOANA BARRETO MARTINS	
<input type="checkbox"/> 10	HABILITAÇÃO ADMITIDA - HERISON HELDER PORTELA PINTO 5367 N/PI (Advogado Habilitado) Promovido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	02/07/2019 12:09	Diretor de Secretaria	INGRID BALDOINO SERVIO PESSOA	
<input type="checkbox"/> 9	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação	01/07/2019 18:08	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 8	Juntada de Petição de Requisição de Habilitação	26/06/2019 09:34	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 7	Juntada de Comprovante Citação	04/02/2019 13:51	Técnico Judiciário	MARIA JOSE BELEZA CARVALHO	
<input type="checkbox"/> 6	Citação expedido(a) Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	07/01/2019 12:41	Técnico Judiciário	MARIA JOSE BELEZA CARVALHO	
<input type="checkbox"/> 5	Expedição de Citação Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	29/12/2018 14:27	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo n. 00338998120188180001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDSON FILINTO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 12 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

PROCESSO ORIGINÁRIO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA / PI

Processo n.º 00338998120188180001

RECORRIDA: EDSON FILINTO DE SOUSA

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLEDA TURMA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso inominado, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

Ocorre que na presente demanda que já houve pagamento administrativo no caso em tela, a recorrente, reitera que o pagamento foi realizado em favor do recorrido, conforme consta dos documentos acostados – isto, após meticulosa análise da documentação apresentada foi liberado o valor da indenização na monta de R\$ 597,11 (quinhentos e noventa e sete reais e onze centavos), trazemos a colação o comprovante de pagamento, vejamos:

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 19/02/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 597,11

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: EDSON FILINTO DE SOUSA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03389

CONTA: 000000024083-0

---

Nr. da Autenticação C81DCA7E58068E5D

DADOS DO SINISTRO						
Número: 3180060809	Data do acidente: 19/01/2017					
Vítima: EDSON FILINTO DE SOUSA	Atendimento: HOSPITAL					
Cidade: Teresina	UF: PI	Análise: Primeira Análise				
Seguradora: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEG	Data: 15/02/2018 09:08:10					
DADOS DO PARECER						
Diagnóstico: FRAT DA PERNA INCL TORNOZELO FRAT DE OUTR PARTES DA PERNA -			Internação: Não			
Tratamento: CIRURGICO			Tratamento Odontológico: Não			
Grupo	Código	Descrição	Pleiteado	Avaliado		
Materiais			17,00	17,00		
Farmácias			580,11	580,11		
Total da Análise Atual			597,11	597,11		
Indicadores: Valores avaliados conforme parâmetros objetivos de aferição e praticados no âmbito do sistema de saúde						
Observações: CONSTA DESPESAS EM DUPLICIDADE.						
Informações administrativas	Pleito anterior	Avaliação anterior	Pago anterior	Pleito atual	Avaliação atual	Valor à pagar
Beneficiário: EDSON FILINTO DE SOUSA Relacionamento: Vítima	0,00	0,00	0,00	597,11	597,11	597,11
Total da Análise Atual	0,00	0,00	0,00	597,11	597,11	597,11

Ocorre que o douto magistrado deixou de apreciar as provas trazidas ao processo pela ora recorrente, uma vez que não fora considerado o pagamento administrativo no valor de **R\$ 597,11**

Destaca-se que o seguro DPVAT é alvo de fraudes a todo instante! Não que seja o caso desses autos, mas as evidencias se relevam como tentativa da requerente em receber valor além do estabelecido por lei, ocultando o fato de já ter recebido a quantia de **R\$597,11** na via administrativa.

De acordo com os documentos anexados pela recorrente, nota-se que o pagamento da indenização ora pleiteada já foi objeto de análise e pagamento em sede administrativa.

### DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

#### ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>“ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extreme de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não**

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

***"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"***

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos<sup>2</sup>, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

### **DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS**

Cumprе esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam "devidamente comprovadas" pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS **até** R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *"A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito"* conclui-se que a expressão "até" delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

### **DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL**

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

---

***há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente..."*** (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )

<sup>2</sup>***"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título."*** SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um “limite de cobertura” inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

**A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.**

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

#### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência dessa Colenda Turma, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 12 de dezembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado EDNAN SOARES COUTINHO, inscrito na 1841 - OAB/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDSON FILINTO DE SOUSA**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 00338998120188180001.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





## Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

### Informações Gerais (RECURSO INOMINADO - JECC)

**Comarca:** TERESINA  
**Serventia:** JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA SUDESTE - ANEXO I (CEUT)  
**Requerente:** EDSON F DE SOUZA X LIDER - PROC 00338998120188180001  
**CNPJ:** 09.248.608/0001-04  
**Emissão:** 12/12/2019  
**Vencimento:** 13/01/2020

**Valor da Ação:** R\$ 24.500,00  
**Tramita em:** Juizado Especial  
**Litisconsórcio acima de 10:** Não

### Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça** ⓘ

### Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
03.14	Causas do Juizado Especial Cível	1	796,70	0	796,70
25.14	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	1.195,11	0	1.195,11
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	245,00	0	245,00
<b>TOTAL</b>					<b>2.236,81</b>

(Digite o número correto do processo para vinculação)

**Número do processo:** 00338998120188180001

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

### Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...



Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...



### Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



*Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...*

Selecione um serviço...



Poder Judiciário do Estado do Piauí  
**Tribunal de Justiça do Piauí**  
Fundo de Reparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA SUDESTE -  
ANEXO I (CEUT)  
Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Número do Processo: 00338998120188180001

Juizado  
Especial  
RECURSO  
INOMINADO  
- JECC

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)	
03.14	Causas do Juizado Especial Cível	1	0	796,70	
25.14	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	0	1.195,11	
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	245,00	
TOTAL				2.236,81	
Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001322842-0
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
6CE E70 1321187		10.540.909/0001-96	13/01/2020	2.236,81	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
				2.236,81	
Sacado					
EDSON F DE SOUZA X LIDER - PROC 00338998120188180001    CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04					

Corte na linha pontilhada

Autenticação mecânica

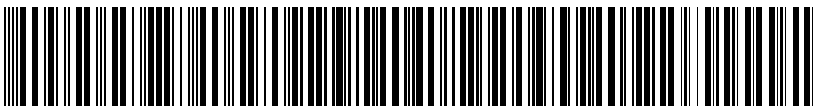


001-0

00190.00009 03088.125004 01322.842178 1 81330000223681

Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento.		Vencimento 13/01/2020			
Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		Agência/Código cedente 3791 / 9665-2			
Data do documento 12/12/2019	No. documento 6CE E70 1321187	Espécie doc. DM	Aceite N	Data process. 12/12/2019	Nosso número 30881250001322842-0
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade 1	x Valor 2.236,81	(=) Valor documento 2.236,81
Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)  TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA SUDESTE - ANEXO I (CEUT) Emitida por <b>Usuário da Justiça</b> Número do Processo: 00338998120188180001 Valor da Ação: R\$ 24.500,00 , Juizado Especial . 03.14 ( R\$ 796,70 ) , 25.14 ( R\$ 1.195,11 ) , 123 ( R\$ 245,00 )					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor cobrado 2.236,81
Sacado EDSON F DE SOUZA X LIDER - PROC 00338998120188180001 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04					

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	17/12/2019	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TIPO DE JUSTIÇA	
17/12/2019	00338998120188180001	ESTADUAL	
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Vara Cível	RÉU	2236,81
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
EDSON FILINTO DE SOUSA		FÍSICA	04094114343
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
72351DCAB7C1C328			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01322.842178 1 813300000223681			